



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL - ÁREA DE SECRETARIA DE CERIMONIAL (CERIMONIAL)

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos destinada à redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



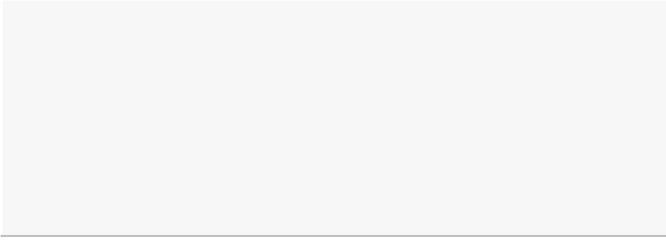
NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- **Boa sorte!**



Língua Portuguesa

Texto 1 – Orgânico por um bom motivo

Chico Junior, *O Globo*, 25/11/2017 (fragmento)

O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico. A Dinamarca, por exemplo, começou há 25 anos uma política agrícola-ambiental que vai torná-la, até 2020, o primeiro país do mundo a ter sua produção de alimentos 100% orgânica. Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores.

Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico – a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica. É aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente e não utilizando fertilizantes químicos e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos. Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos.

A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas: aumento do que chamamos de consciência ecológica e o desejo de se consumirem alimentos mais saudáveis.

No Brasil caminha-se ainda lentamente, mas caminha-se, o que faz com que os produtos ainda sejam caros e fora do alcance da maioria. Mas o fato é que a produção vem aumentando ano a ano e os preços, de maneira geral, diminuindo.

1

No texto 1, a introdução tem a função textual de:

- (A) delimitar o tema a ser abordado no texto;
- (B) alertar para um problema na produção de alimentos;
- (C) indicar um exemplo a ser seguido;
- (D) prever um futuro a ser alcançado pelo Brasil;
- (E) aconselhar as autoridades sobre política agrícola.

2

Ao dizer que “O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico”, o autor do texto 1 apela para um tipo de figura de linguagem caracterizada pela:

- (A) personificação de seres inanimados;
- (B) utilização de um todo significando uma parte;
- (C) comparação entre um termo real e um figurado;
- (D) repetição enfática de termos;
- (E) presença de termos de significação oposta.

3

O segundo período do texto 1 tem a finalidade de:

- (A) destacar a importância da Dinamarca no cenário mundial da produção de orgânicos;
- (B) indicar um caso de sucesso, representado por um país de prestígio internacional;
- (C) comprovar uma afirmação anterior, que parecia demasiadamente vaga;
- (D) exemplificar um caso de êxito na produção de orgânicos como algo que deve ser adaptado à nossa realidade;
- (E) acrescentar um argumento que auxilie o convencimento de nossas autoridades agrícolas.

4

A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão semântica do seguinte vocábulo abaixo:

- (A) segunda-feira;
- (B) tenente-coronel;
- (C) inter-relacionamento;
- (D) cara-de-pau;
- (E) político-econômico.

5

O segundo parágrafo do texto 1 deve ser classificado, em termos de gênero textual predominante, como:

- (A) informativo;
- (B) instrucional;
- (C) didático;
- (D) publicitário;
- (E) injuntivo.

6

O segmento do texto 1 que NÃO apresenta uma marca metalinguística é:

- (A) “Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico”;
- (B) “a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”;
- (C) “É aquele produzido de forma sustentável”;
- (D) “e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (E) “inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta”.

7

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a utilização do termo “de passagem” informa ao leitor que:

- (A) algo de pouca importância vai ser incluído no texto;
- (B) um segmento de curta extensão vai ser inserido no texto;
- (C) uma mensagem essencial vai ser acrescentada ao texto;
- (D) uma pequena interrupção do tema central vai ocorrer;
- (E) uma retificação de algo anterior vai ser feita.

8

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a modificação de um elemento provoca mudança de sentido em:

- (A) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem;
- (B) Diga-se de passagem que o país que usa mais agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (C) O país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem, é o Brasil;
- (D) Seja dito de passagem que o país que mais usa agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (E) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, seja dito de passagem.

9

O segmento do texto 1 em que os termos sublinhados são redundantes é:

- (A) “Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores”;
- (B) “aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente”;
- (C) “os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (D) “são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos”;
- (E) “A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas”.

Texto 2 – Intercâmbio de alimentos

Renato Mocelline/Rosiane de Camargo, *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, p. 72.

A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos.

Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa pelas dificuldades que tinham de encontrar os tão desejados metais preciosos.

Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas. Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida.

10

O primeiro parágrafo do texto 2 funciona como:

- (A) uma afirmativa que é explicitada no decorrer do texto;
- (B) uma informação que é contestada a seguir;
- (C) uma referência histórica cujos termos são explicados;
- (D) uma opinião pessoal que não é satisfatoriamente justificada;
- (E) uma alusão geradora de curiosidade no leitor.

11

O texto 2 deve ser considerado prioritariamente:

- (A) narrativo, por estruturar-se em etapas cronológicas;
- (B) dissertativo-expositivo, por organizar-se em informações sem ligações de causa/consequência;
- (C) dissertativo-argumentativo, por apresentar um pensamento que é defendido no decorrer do texto;
- (D) descritivo, por mostrar características e qualidades das pessoas e coisas referidas;
- (E) injuntivo, por indicar, de forma didática, os caminhos a serem seguidos no estudo da alimentação na História.

12

“A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos”.

Com base nesse segmento inicial do texto 2, foram propostas várias modificações no texto; a opção de mudança que interfere com a correção gramatical ou modifica a mensagem original é:

- (A) em lugar de “a chegada dos europeus” poderia estar “a chegada europeia”;
- (B) em lugar da expressão “à América” poderia estar “na América”;
- (C) em lugar de “uma das transformações mais revolucionárias” poderia estar “uma transformação das mais revolucionárias”;
- (D) em lugar de “hábitos alimentares” poderia estar “hábitos de alimentação”;
- (E) em lugar de “dos seres humanos” poderia estar “do Homem”.

13

Observe os três segmentos abaixo, retirados do texto 2.

“por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”
 “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa...”

“Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”.

Nessas ocorrências, os pronomes demonstrativos empregados:

- (A) têm sempre por antecedente uma oração;
- (B) referem-se sempre a termos imediatamente anteriores;
- (C) mostram sempre referências a um de dois termos citados;
- (D) prendem-se sempre a elementos distantes no tempo;
- (E) ligam-se semanticamente a elementos já citados.

14

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

Observando esse segmento do texto 2, é possível observar que:

- (A) as duas ocorrências do termo “espanhóis” exemplificam classes de palavras diferentes;
- (B) as duas ocorrências do termo “nativos” exemplificam a mesma classe de palavras;
- (C) a seleção vocabular de “plantas e animais” foi feita por serem elementos que servem de alimentação ao Homem;
- (D) o adjetivo “exóticos” é fruto da opinião tanto de nativos quanto de espanhóis;
- (E) os vocábulos “natal” e “nativos” pertencem a diferentes famílias de palavras.

15

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

O termo sublinhado mostra uma oposição entre os seguintes pontos:

- (A) apesar de nos primeiros anos de conquista os espanhóis resistirem aos alimentos americanos, com o passar do tempo passaram a adotá-los;
- (B) apesar de os espanhóis trazerem consigo alimentos de sua terra natal, não deixavam de alimentar-se dos alimentos exóticos da América;
- (C) apesar de os espanhóis não se alimentarem com os produtos nativos, mandavam esses mesmos alimentos para a Europa;
- (D) apesar de os nativos oferecerem alimentos americanos aos espanhóis, os conquistadores não os comiam, enviando todos eles para a Europa;
- (E) apesar de os nativos comerem produtos exóticos, os conquistadores europeus não só os comiam como os enviavam também para a Europa.

16

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”.

Na reescritura desse segmento do texto 2, a pontuação está INADEQUADA em relação às regras de pontuação em:

- (A) Os espanhóis, nos primeiros anos de conquista, resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (B) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos e, por isso, trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (C) Nos primeiros anos da conquista os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (D) Os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, nos primeiros anos de conquista; trouxeram consigo, por isso, plantas e animais de sua terra natal;
- (E) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, e, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal.

17

No texto 2 há uma série de conectores; o conector sublinhado abaixo que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”/ consequência;
- (B) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ referência;
- (C) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ finalidade;
- (D) “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas”/ conclusão;
- (E) “Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”/ causa.

Observe a charge a seguir.



18

Na imagem há um grupo de elementos que representam oposição entre os dois personagens; a única distinção inexistente na charge é:

- (A) gordura X magreza;
- (B) alimentos industrializados X alimentos orgânicos;
- (C) refrigerante X suco natural;
- (D) frituras X produtos naturais;
- (E) carne X frutas, legumes e vegetais.

19

Considerando-se a charge como um texto argumentativo, o argumento apresentado se apoia na:

- (A) sedução, prometendo satisfação;
- (B) tentação, oferecendo vantagens;
- (C) intimidação, apelando para o medo;
- (D) provocação, referindo-se à competição;
- (E) constrangimento, causando incômodo social.

20

O objetivo da charge é:

- (A) condenar a preocupação exagerada com a alimentação;
- (B) aconselhar uma alimentação saudável;
- (C) desaconselhar a ingestão de refrigerantes;
- (D) incentivar a busca por um corpo perfeito;
- (E) alertar para os perigos provocados pela gordura em excesso.

Legislação Específica

21

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, a aprovação e a deliberação sobre criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens inerentes ao Executivo Municipal compete:

- (A) ao Prefeito, sem participação do Poder Legislativo;
- (B) ao Prefeito, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (C) à Câmara Municipal, com a iniciativa e sanção do Prefeito;
- (D) à Câmara Municipal, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (E) ao Tribunal de Contas, com prévio parecer da Câmara e do Prefeito.

22

A alienação de bens municipais está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado. Sabendo disso, o Prefeito de Salvador pretende realizar a alienação de um lote de cem metros quadrados, destinado à habitação de pessoa comprovadamente pobre.

De acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador, a iniciativa é possível, desde que não haja alienação de mais de uma área ou lote à mesma pessoa e seja:

- (A) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação e autorização legislativa, independentemente de licitação;
- (B) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação, autorização legislativa e licitação;
- (C) observado o preço médio de mercado, mediante prévia avaliação, dispensando-se autorização legislativa e licitação;
- (D) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, dispensando-se autorização legislativa e concorrência;
- (E) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, mediante prévia autorização legislativa, dispensando-se a concorrência.

23

João, Vereador da Casa Parlamentar de Salvador, deixou de comparecer, em seu primeiro período legislativo anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, eis que houve incompatibilidade com os horários em que leciona em universidade particular.

Conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Salvador, assegurada a ampla defesa, João:

- (A) será suspenso por até 30 (trinta) dias;
- (B) sofrerá desconto de 50% (cinquenta por cento) em seu subsídio;
- (C) será excluído de comissão parlamentar de inquérito;
- (D) responderá por crime contra o patrimônio público;
- (E) perderá o mandato de Vereador.

24

Em matéria de processo legislativo, a Lei Orgânica do Município de Salvador estabelece que:

- (A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias, salvo os casos de competência privativa, cabe ao Vereador, à Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e por proposta de 5% (cinco por cento) do eleitorado, no mínimo;
- (B) a proposta de emenda à lei orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos Vereadores;
- (C) aprovado em redação final, será o projeto de lei enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará no prazo de 30 (trinta) dias úteis, determinando o seu retorno à Câmara, para fins de publicação;
- (D) se o Prefeito considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, totalmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, vedado o veto parcial;
- (E) o Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, quando solicitar, deverão ser apreciados em regime de urgência, no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade do Presidente da Câmara.

25

À Mesa Executiva da Câmara Municipal compete, consoante dispõe o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador:

- (A) decretar desapropriação e intervenção em empresas concessionárias de serviço público, bem como permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros, quando não possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;
- (B) suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;
- (C) promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada, e administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;
- (D) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir regulamento para sua fiel execução, bem como baixar decretos e demais atos administrativos, fazendo-os publicar em órgãos oficiais;
- (E) fixar os preços dos serviços prestados pelo Município e os relativos à concessão, cessão, permissão ou autorização de uso de seus bens e serviços, bem como dirigir, superintender e fiscalizar serviços de obras municipais.

26

João, servidor público municipal da Câmara Municipal de Salvador, após processo administrativo disciplinar, foi demitido. Um ano depois, João reuniu provas de sua inocência, e logrou êxito em obter decisão administrativa que invalidou sua demissão.

No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar nº 01/91, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município de Salvador, o reingresso de João no cargo anteriormente ocupado junto ao Legislativo municipal ocorreu por meio:

- (A) da readaptação, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (B) da reintegração, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (C) do aproveitamento, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (D) da reversão, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (E) da recondução, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo.

27

Maria, servidora pública ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, durante 5 (cinco) dias úteis do mês de dezembro de 2017, ultrapassou sua jornada de trabalho em duas horas por dia, no horário de 22h às 24h, ao realizar serviço extraordinário em situações excepcionais e temporárias na Câmara, atendendo à necessidade do serviço.

No caso em tela, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Maria faz jus ao adicional:

- (A) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal diurna, sem prejuízo do adicional noturno;
- (B) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal diurna, caso não opte pelo adicional noturno;
- (C) por serviço noturno, pago na proporção de 150% (cento e cinquenta por cento) da hora normal diurna, sem prejuízo do adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (D) por serviço noturno, pago na proporção de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (E) por serviço noturno, pago na proporção de 50% (cinquenta por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários.

28

Joana e Joaquina, servidoras públicas municipais de Salvador, são casadas civilmente e, após regular processo judicial, adotaram o bebê Davi, de dez meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador:

- (A) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra à mesma licença, pelo prazo de 5 (cinco) dias;
- (B) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (C) uma delas terá direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (D) ambas terão direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar;
- (E) ambas terão direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar.

29

Cláudio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, no exercício da função pública, revelou segredo apropriado em razão do cargo, mediante publicação em uma de suas redes sociais na internet de fato sigiloso constante de um processo administrativo referente a determinada comissão parlamentar de inquérito.

Por ter praticado a falta funcional narrada, consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, após regular processo administrativo disciplinar, Cláudio está sujeito à pena de:

- (A) advertência, que será aplicada por escrito e, caso seja reincidente, à suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (B) suspensão, que terá até 90 (noventa) dias, independentemente de reincidência;
- (C) advertência e multa, no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (D) suspensão de até 60 (sessenta) dias e multa no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (E) demissão, cujo ato de imposição mencionará o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

30

Mauro, servidor público municipal efetivo, completou dez anos consecutivos de exercício de cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Salvador.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Mauro terá direito a perceber, quando exonerado, a título de:

- (A) abono de permanência, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (B) abono de permanência, valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, três anos;
- (C) estabilidade econômica, valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, dois anos;
- (D) estabilidade econômica, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (E) abono de chefia, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos.

Conhecimentos Específicos

31

Para determinado evento, com a presença de palestrantes internacionais, a produção disponibilizou tradução simultânea. Com a devida antecedência, a equipe responsável pela técnica de som realizou testes nos equipamentos. Entretanto, no dia do evento, alguns dos ouvintes se queixaram de perda de áudio nos receptores. A conclusão foi a de que a potência dos transmissores localizados na mesa dos tradutores não era suficiente para cobrir todas as áreas do auditório.

Recorrendo-se à Teoria Matemática da Informação dos norte-americanos Shannon e Weaver, o modelo eficiente, do ponto de vista técnico, ocorre quando:

- (A) os sinais transmitidos de um ponto a outro são recebidos sem perda;
- (B) os sinais recebidos independem da mediação de tradutores;
- (C) os sinais emitidos utilizam código semântico idêntico ao receptor;
- (D) os sinais captados pelos aparelhos receptores apresentam nível de ruído;
- (E) a entropia e a redundância dos sinais são mínimas.

32

No segundo livro da saga, intitulado “Harry Potter e a Câmara Secreta”, o personagem principal descobre um dom em particular: comunicar-se com ofídios por intermédio de uma língua denominada “Parseltongue”.

Com o objetivo de garantir a compreensão plena do conteúdo da mensagem, é peremptório que ocorra:

- (A) a restrição do repertório vocabular de quem recebe a informação;
- (B) o compartilhamento do mesmo código linguístico;
- (C) a utilização de um meio físico de propagação da informação;
- (D) a interdependência dos participantes do jogo funcional estrutural;
- (E) a percepção da intencionalidade ideológica presente no discurso.

33

Funcionários lotados em uma determinada seção de repartição pública redigiram memorando a fim de solicitar o envio de um carro oficial para transporte de convidado. A seção que recebeu a comunicação deferiu o pedido.

Ao circular entre seções de mesmo nível hierárquico, o memorando é regido pela orientação:

- (A) fluxo ascendente e direção vertical;
- (B) fluxo descendente e direção ascendente;
- (C) direção vertical e fluxo descendente;
- (D) fluxo ascendente e direção horizontal;
- (E) direção horizontal e fluxo lateral.

34

Alguns teóricos definem comunicação como um “contato bem-sucedido entre emissor e receptor”. Outros, por sua vez, afirmam que “comunicar é promover a partilha de dados”. Desse modo, vamos imaginar sistemas de informação adotados por Assessorias de Imprensa de instituições públicas que apresentem modos distintos de lidar com a comunicação. O primeiro, denominado hipoteticamente CREW1, é do “tipo aberto”, permitindo trocar informação com entes como *stakeholders*, público consumidor e órgãos governamentais reguladores. Já o segundo, denominado hipoteticamente CREW2, é do “tipo fechado”, não permitindo trocar informação com os entes supracitados.

Se aceitamos como verdadeiras as duas correntes teóricas que procuram circunscrever a comunicação como via de mão dupla, inferimos que:

- (A) CREW2 possui sistema de informação dialógico;
- (B) CREW 1 possui sistema de informação monológico;
- (C) CREW 1 e 2 possuem sistemas de informação idênticos;
- (D) CREW 1 e 2 não possuem qualquer sistema de informação;
- (E) CREW 1 possui sistema de informação dialógico.

35

Em data recente, a mídia nacional repercutiu boatos sobre o Zika Vírus, contribuindo assim para gerar pânico coletivo. O papel dos meios de comunicação, sobretudo em situações de risco na área da saúde pública, deveria ser o de abastecer a população com informações de fontes confiáveis, afastando-se, portanto, de reportagens sensacionalistas.

Dentre as diretrizes que o cidadão comum deve observar para detectar conteúdo falso ou incompleto veiculado pela mídia, destaca-se:

- (A) o número de *views* e/ou *likes* de uma postagem em rede social como indício de credibilidade;
- (B) a grife de marcas de veículos de mídia tradicionais como garantia plena de apuração bem executada;
- (C) a presença de imagens para ilustrar o texto como prova de veracidade;
- (D) a tendência de portais de reputação questionável inserirem endereços semelhantes a veículos de prestígio como técnica de ludibriamento;
- (E) a posição de destaque em listas de redes sociais, como o *trending topics* do *twitter*, como atestado de verdade.

36

Em uma dada situação na qual a Secretaria Municipal de Educação não disponha de uma área responsável pela Comunicação Institucional, é possível contratar uma empresa terceirizada para atuar nas relações públicas. Quando firmado o contrato, a empresa administrará as necessidades do cliente, envolvendo *relações públicas corporativas, comunicação administrativa e propaganda*.

Dessa maneira, executará, respectivamente:

- (A) a administração de conflitos em situações de crise; a criação de ouvidoria externa; e a elaboração de plano de comunicação interno;
- (B) a manutenção da logo da Secretaria Municipal de Educação; o provimento de novos computadores para todas as escolas municipais; e o estabelecimento de parcerias com restaurantes para fornecimento de merenda escolar;
- (C) ações relativas à identidade corporativa; o levantamento de redes formais e informais; e campanhas em rádio sobre matrículas nos colégios municipais para o ensino fundamental;
- (D) a gestão de comunicação interna; a elaboração de *clipping*; e organização de *mailing list* para veículos da imprensa;
- (E) práticas relativas a relações públicas; políticas públicas na área da educação básica; e a premiação em espécie para os “funcionários do mês”.

37

Jornalistas têm pouco tempo para comparecer a eventos. A direção da instituição pública, no entanto, solicitou à área de relações públicas que organizasse uma coletiva de imprensa para anunciar mudanças nos quadros intermediários de recursos humanos, o vencedor da licitação para fornecimento de uniformes para os servidores e o lançamento de campanha interna para futuro desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis. Em vez de uma coletiva de imprensa, poderia ser disponibilizada, para a *mailing*, uma comunicação escrita com tais informações. Os jornalistas, por sua vez, caso se interessassem pela pauta, poderiam solicitar à área de relações públicas mais dados a respeito.

Essa comunicação escrita é conhecida como:

- (A) *briefing*;
- (B) *release*;
- (C) *mailing list*;
- (D) *coletiva*;
- (E) *recall*.

38

Como jornalista concursado da área de Comunicação Organizacional Integrada de um banco estatal, cabe a você atender a imprensa. No entanto, um repórter não telefonou e foi diretamente a uma dependência da instituição, sem passar pelo núcleo de comunicação. Segundo ele, trata-se de uma denúncia.

Nesse caso, é apropriado:

- (A) assumir pessoalmente a responsabilidade e autorizar gravações nas dependências sem prévio conhecimento da pauta pelo núcleo de comunicação;
- (B) exigir a pauta de cobertura do veículo para o qual o repórter trabalha e pelo menos 48 horas de prazo para responder;
- (C) receber o repórter com cortesia e presteza, e encaminhá-lo para o responsável pelo núcleo de comunicação;
- (D) requerer à equipe de segurança que conduza o repórter para fora das dependências, uma vez que quaisquer gravações não autorizadas implicarão crise institucional;
- (E) atuar como fonte interna e prestar os esclarecimentos de que o repórter necessita, pois o banco é estatal e o repórter representa o interesse da sociedade civil.

39

A secretaria de Comunicação Social precisa enviar convites para um determinado número de pessoas e, para facilitar a organização do evento, é importante que elas respondam se poderão comparecer ou não. Considerando que tanto o cadastro como todos os números de telefones móveis dos destinatários estão disponíveis e atualizados, incluindo aí aplicativos de mensagens, indique o canal a ser utilizado. Como critério de escolha, o menor custo e maior velocidade para entrega dos convites serão observados.

De posse, portanto, dessas informações, a secretaria de Comunicação Social vai utilizar:

- (A) telefone convencional;
- (B) telegrama;
- (C) *e-mail*;
- (D) *whatsApp*;
- (E) correios.

40

Uma das vantagens de uma instituição contratar uma organização externa para a realização de um evento é o(a) maior:

- (A) personalização;
- (B) eficiência de custos;
- (C) sinergia interdepartamental;
- (D) alinhamento com a cultura;
- (E) capacidade de operacionalização.

41

A diferença entre eventos oficiais e eventos profissionais é que o primeiro deve incluir o(a):

- (A) presença da maior autoridade da instituição;
- (B) cerimonial com base nas normas de precedência;
- (C) uso de distinções, como medalhas e condecorações;
- (D) hasteamento da bandeira nacional e execução do hino;
- (E) realização em espaços fechados.

42

As regras de cerimonial estão assentadas em princípios norteadores, que variam de acordo com a complexidade das organizações sociais. A “coexistência respeitosa entre membros de uma comunidade”, o “estabelecimento de hierarquia e padronização de usos e costumes” e a “garantia de direitos e privilégios de autoridades e instituições” constituem, respectivamente:

- (A) protocolo, etiqueta e educação;
- (B) protocolo, educação e etiqueta;
- (C) etiqueta, educação e protocolo;
- (D) etiqueta, protocolo e educação;
- (E) educação, etiqueta e protocolo.

43

Um hotel em Salvador coloca em sua fachada as bandeiras nacional, do estado, do município e da própria rede hoteleira. A disposição dessas bandeiras obedece ao protocolo oficial. Portanto, alguém que esteja de frente para a fachada verá as bandeiras na seguinte ordem:

- (A) Nacional; do Estado da Bahia; do Município de Salvador; e da rede de hotéis;
- (B) Nacional; do Município de Salvador; da rede de hotéis; e do Estado da Bahia;
- (C) do Município de Salvador; Nacional; do Estado da Bahia; e da rede de hotéis;
- (D) do Estado da Bahia; Nacional; do Município de Salvador; e da rede de hotéis;
- (E) da rede de hotéis; do Município de Salvador; do Estado da Bahia; e Nacional.

44

Um Mestre de Cerimônias empregou, em uma solenidade pública, um programa de computador em um dispositivo móvel (*tablet*) para listar a nominata.

Essa medida é considerada:

- (A) correta, porque a legislação atual foi modificada para incluir novos dispositivos eletrônicos;
- (B) correta, desde que haja também uma cópia impressa para leitura e registro dos presentes;
- (C) correta, porque a legislação não especifica o meio de produção da nominata;
- (D) incorreta, porque a nominata deve se constituir em uma lista impressa;
- (E) incorreta, porque a nominata deve se constituir em um conjunto de cartões impressos.

45

O governador de Estado ou Distrito Federal com precedência nas cerimônias públicas é o:

- (A) do Distrito Federal, porque abriga o Poder Central;
- (B) da Bahia, porque de constituição história mais antiga;
- (C) de São Paulo, porque é o Estado mais populoso;
- (D) do Rio de Janeiro, porque tem a maior tradição histórica;
- (E) do Amazonas, porque apresenta maior dimensão geográfica.

46

Em um jantar solene, três convidados pretendem enviar outras pessoas para representá-los.

Essa medida está:

- (A) correta, porque é prerrogativa de todo convidado de solenidades públicas;
- (B) correta, se o convidado ocupar algum cargo público de hierarquia superior ao do anfitrião;
- (C) correta, se obedecidos os protocolos oficiais e feita a ressalva na nominata;
- (D) incorreta, porque dificulta a compatibilização da precedência dos cargos;
- (E) incorreta, porque as regras de almoços e jantares solenes são as mesmas de outros eventos oficiais.

47

Entre os princípios que dirigem o trabalho do Cerimonialista de eventos oficiais no Brasil NÃO se inclui o(a):

- (A) bom senso;
- (B) bom gosto;
- (C) hierarquia;
- (D) elegância;
- (E) complexidade.

48

O registro de presença de autoridades e convidados obedece ao critério de:

- (A) maior antiguidade no cargo da autoridade;
- (B) maior idade do convidado presente;
- (C) sexo, sendo as mulheres antes dos homens;
- (D) esfera da autoridade (federal, depois estadual e municipal);
- (E) ordem geral de precedência.

49

O tratamento destinado a um Secretário-Executivo de um Ministério é:

- (A) Vossa Excelência;
- (B) Senhor;
- (C) Digníssimo;
- (D) Ilustríssimo;
- (E) Doutor.

50

O traje feminino “vestido tubo” se enquadra na categoria de:

- (A) esporte;
- (B) esporte fino;
- (C) passeio;
- (D) passeio completo;
- (E) social.

51

Um Cerimonialista envia convites a diversas autoridades, para uma solenidade oficial, com o seguinte texto: “A Câmara Municipal de Salvador tem o prazer de convidar [tratamento, cargo e nome do convidado] para...”.

Essa redação está:

- (A) adequada, porque demonstra consideração e respeito pelo convidado;
- (B) adequada, porque já faz parte da tradição cultural brasileira de documentos oficiais;
- (C) adequada, desde que se trate de assunto da alçada do Município de Salvador;
- (D) inadequada, porque convites devem ser assinados pelo Presidente da Casa;
- (E) inadequada, porque não se expressam sentimentos para Pessoas Jurídicas e instituições.

52

Um convite para um evento oficial será enviado por e-mail. O profissional de Relações Públicas descobriu que a maior parte dos convidados tem o hábito de abrir a correspondência eletrônica através de dispositivos móveis (celulares *smartphones* e *tablets*).

Para otimizar a leitura da mensagem, que apresenta um layout elaborado, ele deve empregar um software que seja:

- (A) graficamente colorido;
- (B) analógico;
- (C) em nuvem;
- (D) responsivo;
- (E) colaborativo.

53

Um Cerimonialista envia um documento por e-mail a autoridades de um evento da Câmara dos Vereadores.

Para que a mensagem tenha valor oficial, é necessário ter:

- (A) certificação digital;
- (B) confirmação de leitura automática;
- (C) confirmação de leitura por resposta;
- (D) formato com extensão PDF;
- (E) RSVP.

54

Em casos omissos, o responsável por colocar autoridades e personalidades que não constem da Ordem Geral de Precedência é o(a):

- (A) autoridade máxima do evento;
- (B) anfitrião do evento;
- (C) chefe de gabinete;
- (D) chefe do cerimonial;
- (E) relações públicas.

55

Um órgão público contrata um profissional de Relações Públicas. Este toma ciência de uma informação desabonadora para o responsável pelo órgão e, conseqüentemente, para a instituição, embora não se trate de ilícito.

De acordo com o Código de Ética do Profissional de RP, cabe a ele:

- (A) divulgar para a ouvidoria do órgão;
- (B) buscar informações para a defesa do responsável;
- (C) manter o sigilo profissional;
- (D) abrir um processo de sindicância interno;
- (E) divulgar externamente caso seja questionado.

56

Os profissionais de Relações Públicas utilizam diversos canais e meios de Comunicação para alcançar seus diferentes públicos. Correspondências impressas enviadas para destinatários de interesse correspondem a uma comunicação:

- (A) interativa;
- (B) associativa;
- (C) colaborativa;
- (D) indireta;
- (E) direta.

57

Um Cardeal da Igreja Católica Apostólica Romana deve ser tratado, em relação às normas de precedência, como:

- (A) um convidado comum, visto que a Constituição da República de 1988 estabelece o Estado Laico;
- (B) equivalente a um Príncipe herdeiro, visto que é sucessor de um Chefe de Estado;
- (C) um convidado com status especial, devido à tradição Católica da população brasileira;
- (D) equivalente ao líder máximo de uma determinada religião;
- (E) um convidado com status especial, devido aos acordos firmados com o Vaticano.

58

Uma cerimônia em Brasília reúne autoridades brasileiras e de um país estrangeiro. Serão executados os hinos nacionais e hasteadas as bandeiras de ambos os países.

De acordo com o protocolo oficial, na ordem de execução do hino e do hasteamento, estarão em primeiro lugar:

- (A) o Hino de Potência Estrangeira, por cortesia, e a Bandeira Nacional, obrigatoriamente;
- (B) o Hino de Potência Estrangeira, obrigatoriamente, e a Bandeira Nacional, por cortesia;
- (C) o Hino Brasileiro, obrigatoriamente, e a Bandeira Nacional, obrigatoriamente;
- (D) o Hino Brasileiro, obrigatoriamente, e a Bandeira de Potência Estrangeira, obrigatoriamente;
- (E) o Hino Brasileiro, obrigatoriamente, e a Bandeira de Potência Estrangeira, por cortesia.

59

A Câmara Municipal organizou um evento oficial tendo como tema a importância histórica de Salvador. O evento contou com a presença de todos os Vereadores, o Prefeito, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, um Deputado Federal e o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia.

Quem preside a sessão é o:

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça;
- (B) Prefeito de Salvador;
- (C) Deputado Federal;
- (D) Presidente da Assembleia Legislativa;
- (E) Presidente da Câmara dos Vereadores.

60

A Câmara Municipal de Salvador realiza uma cerimônia pública, conduzida por seu Presidente, em uma mesa com número ímpar de cadeiras.

A maior autoridade pública, de nível Federal ou Estadual, deve ocupar o lugar:

- (A) à direita do presidente;
- (B) à esquerda do presidente;
- (C) na extrema esquerda da mesa;
- (D) na extrema direita da mesa;
- (E) na primeira fila da plateia, em frente ao presidente.

61

O termo “completo”, do traje “passeio completo”, significa a obrigatoriedade de utilização de:

- (A) gravata;
- (B) sapato marrom ou preto;
- (C) blazer de cor escura;
- (D) colete;
- (E) terno claro ou escuro.

62

As Normas do Cerimonial Público Brasileiro em vigor foram oficializadas no ano de:

- (A) 1962;
- (B) 1972;
- (C) 1982;
- (D) 1992;
- (E) 2002.

63

Um Vereador de Salvador encaminha um documento oficial para o Prefeito da Cidade, para o Presidente da Câmara Municipal e para outro Vereador.

A forma correta de emprego do fecho da comunicação é, respectivamente:

- (A) respeitosamente, respeitosamente e respeitosamente;
- (B) respeitosamente, respeitosamente e atenciosamente;
- (C) respeitosamente, atenciosamente e atenciosamente;
- (D) atenciosamente, respeitosamente e atenciosamente;
- (E) atenciosamente, atenciosamente e respeitosamente.

64

A conclusão da nominata de uma solenidade deve ser feita:

- (A) antes do evento, quando do envio da correspondência aos convidados;
- (B) antes do evento, preferencialmente 24 horas antes da solenidade;
- (C) durante o evento, após a confirmação local dos presentes e ausentes;
- (D) durante o evento, durante a abertura da solenidade pelo anfitrião;
- (E) após o evento, para checagem dos convidados que assinaram o livro de presença.

65

João, servidor público estável ocupante de cargo efetivo no Município de Salvador, acaba de se eleger Vereador no mesmo Município.

De acordo com as normas constitucionais aplicáveis:

- (A) independentemente de haver compatibilidade de horários, João deverá se afastar do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- (B) independentemente de haver compatibilidade de horários, João deverá se afastar do cargo efetivo, auferindo a remuneração pelo cargo eletivo;
- (C) se houver compatibilidade de horários, João poderá acumular os dois cargos, mas perceberá apenas a remuneração de um dos cargos, facultando-lhe a escolha;
- (D) se houver compatibilidade de horários, João perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- (E) se houver compatibilidade de horários, João poderá acumular os dois cargos, mas perceberá apenas a remuneração do cargo eletivo.

66

A Constituição da República de 1988, ao tratar das disposições gerais da administração pública, estabelece que:

- (A) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação eleitoral e partidária;
- (B) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- (C) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é permitida para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- (E) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

67

De acordo com o seu regimento interno, compete à Câmara Municipal de Salvador:

- (A) permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros, quando não possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;
- (B) promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada;
- (C) administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;
- (D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- (E) celebrar convênios, acordos e consórcios com a União, o Estado, outros Municípios e entidades privadas, bem como promover o tombamento dos bens do Município.

68

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o órgão da Câmara competente para examinar as condutas puníveis e propor as penalidades aplicáveis aos Vereadores submetidos ao processo disciplinar, previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Nesse contexto, consoante dispõe o regimento interno da Câmara Municipal de Salvador:

- (A) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de sete membros titulares e igual número de suplentes, sendo presidente nato o Corregedor-Geral;
- (B) os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara são eleitos por maioria absoluta, para um mandato de um ano, prorrogável por mais um ano, dentro da mesma Legislatura;
- (C) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de cinco membros titulares e igual número de suplentes, sendo presidente nato o Presidente da Câmara;
- (D) os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara são eleitos por maioria simples, respeitada a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara;
- (E) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de um Presidente eleito pela maioria absoluta dos vereadores, que indica dois Vice-Presidentes e um Secretário, além de outros cinco membros.

69

De acordo com o regimento interno da Câmara Municipal de Salvador, a convocação dos Secretários do Município, do Procurador-Geral ou titulares de entidades autárquicas, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á:

- (A) pelo Presidente da Câmara, exclusivamente, para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar, pessoalmente ou por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (B) por qualquer Vereador da Câmara, para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar, pessoalmente ou por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (C) pelo Presidente da Câmara, ou por qualquer uma de suas Comissões, para, no prazo de 8 (oito) dias, prestar, pessoalmente, ou de 30 (trinta) dias, por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (D) pelo Presidente da Câmara, após aprovação do Prefeito, para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar, pessoalmente ou por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (E) pelo Presidente da Câmara, após aprovação do Prefeito, para, no prazo de 8 (oito) dias, prestar, pessoalmente, ou de 30 (trinta) dias, por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados.

70

A Câmara iniciará os trabalhos de cada Sessão Legislativa Ordinária constituindo as Comissões criadas por seu regimento interno, que são órgãos técnicos destinados ao estudo e à emissão de pareceres essenciais, especializados sobre os assuntos submetidos à sua deliberação.

Nesse sentido, conforme estabelece o regimento interno da Câmara Municipal de Salvador, compete à Comissão:

- (A) Executiva, manifestar juízo de admissibilidade sobre todos os assuntos em tramitação pela Câmara, para deliberação do plenário e/ou de outras comissões, que serão obrigatoriamente entregues à sua apreciação quanto aos seus aspectos constitucional, legal ou jurídico;
- (B) de Finanças, Orçamento e Fiscalização, apreciar as prestações de contas das verbas da Câmara e emitir parecer a respeito, bem como representar ao Prefeito sobre a necessidade da economia interna da Câmara;
- (C) de Constituição e Justiça e Redação Final promulgar e fazer publicar as resoluções da Câmara, decretos legislativos, emendas à lei orgânica municipal, bem como as leis, quando o prefeito não as sancionar;
- (D) dos Direitos do Cidadão, opinar em todas as proposições pertinentes à educação, cultura, esporte e lazer, assim como em iniciativas correlatas, bem como apresentar parecer sobre a organização das festas populares;
- (E) de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, manter relacionamento com as comunidades onde se evidenciem conflitos pela posse do solo urbano, decorrentes da necessidade de moradia.

Redação

Sobre a intolerância (UNESCO)

A intensificação atual da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do antissemitismo, da exclusão, da marginalização e da discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, dos refugiados, dos trabalhadores migrantes, dos imigrantes e dos grupos vulneráveis da sociedade e também pelo aumento dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento...

Com base no texto acima, responda à seguinte questão:

Afinal de contas, o que está acontecendo com o planeta?

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você procure analisar os diversos problemas do planeta como um todo, indicando possíveis soluções.

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos, com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

Realização

 **FGV PROJETOS**